

## 6 Caracterização da política de atendimento ao adolescente em meio aberto em Nova Iguaçu

As categorias Gestão Pública, Intersetorialidade e Territorialidade são inerentes ao processo de implementação da Política de Atendimento ao Adolescente em Cumprimento de Medida Socioeducativa em Meio Aberto. A municipalização de uma política pública requer na prática, que haja uma ação simbiótica entre estas categorias neste sentido. É preciso que os governos locais se debrucem na formulação da política, destinem orçamento, formalizem e concretizem a rede de atendimento, respeitem e valorizem a realidade local. Assim como, é necessário que, a população seja incentivada a ser propositiva, participando das decisões e se for o caso redirecionar os caminhos a trilhar para o sucesso da referida política pública.

Para exemplificar este processo de implementação de uma política pública irá se apresentar o estudo feito sobre municipalização da Política de Atendimento do Adolescente em Cumprimento de Medida Socioeducativa em Meio Aberto na Cidade de Nova Iguaçu

Para tanto, nos parágrafos subsequentes apresenta-se o resultado da pesquisa de campo. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com o Secretário Municipal de Assistência Social, a Presidenta do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente<sup>96</sup>, Juiz da Infância e Juventude e do Idoso da Comarca de Nova Iguaçu<sup>97</sup>, a Coordenadora do CREAS que exerce a coordenação e a função de psicóloga (Centro de Referência Especializado de Assistência Social) e três profissionais da Equipe Técnica responsável pelo atendimento do

---

<sup>96</sup> Participou das discussões, como Presidente também, da formulação da Versão Preliminar das Diretrizes da Política de Atendimento ao Adolescente em Cumprimento de Medida Socioeducativa no de 2008, no Governo Lindberg Farias.

<sup>97</sup> A proposta era entrevistar a Promotora da Infância, mas a Promotora responsável não estava disponível para atender, pois sinalizou que estava recente na função de Promotora. Mas a entrevista com o Juiz trouxe ganhos no entendimento do processo de aplicação da medida socioeducativa.

adolescente. As entrevistas serão denominadas numericamente de 1 a 6, sendo identificadas com a expressão de ENTREVISTADO.

Cabe registrar que as entrevistas realizaram-se nos setores dos respectivos trabalhos nos horários pré-estabelecidos pelos entrevistados.

É conveniente elucidar que dos sete entrevistados, três fazem parte da implantação e implementação da Política de Atendimento ao Adolescente, em Nova Iguaçu desde início do Cofinanciamento do Governo Federal em julho de 2008. E destes três, um (a) entrevistado (a) já vem inserida na discussão do adolescente em conflito com lei, a partir do *projeto de pesquisa*<sup>98</sup> proposto pela Secretaria de Assistência Social na Cidade de Nova Iguaçu no ano de 2007.

A análise dos resultados das entrevistas cabe reforçar, foi realizada segundo a orientação de Minayo e Bardin, no sentido de, respectivamente, entender e apreender o contexto sócio-histórico do objeto de estudo, assim como, a possibilidade de estruturar os dados de forma sistemática. Então, realizar-se-á análise a partir de quatro Eixos e quatro Sub-Eixos temáticos e de respectivos Tópicos de Análise que se colocam de substancial importância nos procedimentos de tratamento, apresentação e análise dos dados.

Os eixos temáticos foram gerados a partir dos roteiros de entrevista semiestruturada (ANEXO II,III e IV) e do processo de sistematização dos dados a partir das transcrições das entrevistas. E devido à diversidade e relevância nas questões surgidas neste processo, observou-se a necessidade de agrupar tópicos de análise em sub-eixos.

O Eixo Temático 1- é constituída por tópicos de análise de caracterização dos entrevistados onde serão tratados tópicos como função pública, formação profissional, tempo de formação, de serviço público e quanto tempo se trabalha com a temática.

No Eixo temático 2 – foi estruturado com tópicos que delineiam a gestão da política pública de atendimento dos adolescentes no município. Para isso, privilegiou-se os profissionais que compõem a equipe técnica, a frequência de capacitação, a prática de planejamento, monitoramento e avaliação da política;

---

<sup>98</sup> A pesquisa foi realizada com o objetivo de identificar os tipos de ato infracional cometido, a procedência do adolescente, reincidência do ato constituindo o perfil dos adolescentes de Nova Iguaçu que estavam em semiliberdade nos CRIADs.

assim como o destaque de iniciativas, dificuldades e iniciativas na execução da política.

Já o Eixo Temático 3 constitui-se por tópicos de análise que pretende captar a articulação entre os atores envolvidos, tais como equipe técnica e sistema de garantia de direitos, equipe técnica e rede local, inserção do adolescente em diferentes políticas públicas, também articulação da equipe técnica com Conselho Municipal da Criança e do Adolescente e com Juizado/Promotoria para municipalização da política de atendimento do adolescente.

E por último o Eixo Temático 4 que se propõe a entender como a política vem sendo executada no território. Então, ele foi composto pelos tópicos sobre implementação e implantação da política, ações socioeducativas, o acompanhamento e resgate dos laços familiares, comunitários, educacionais e culturais.

**Quadro 1** - Eixos temáticos, Sub-Eixos e Tópicos de Análise utilizados para sistematizar os dados da pesquisa.

<b>Eixos</b>	<b>Subeixos</b>	<b>Tópicos de Análise</b>
1-Perfil dos Entrevistados	Caracterização dos entrevistados	Cargo Idade Formação profissional Tempo de formação: Tempo que trabalha com a temática. Tempo de Serviço Público
2-Gestão da Política Pública	Org. Técnica da Política no Município.	Composição da equipe técnica do CREAS Capacitação Planejamento da Política de Atendimento Iniciativas, dificuldades e desafios. Monitoramento Avaliação
3-Intersetorialidade	Integração das Políticas Públicas, da Rede Local e do Sistema de Garantia de Direitos	Articulação da equipe técnica com o Sistema de Garantia de Direitos. Articulação da equipe técnica com a rede local. Incorporação do adolescente em diferentes políticas públicas. Articulação entre Juizado, Promotoria, CMDCA e equipe técnica do CREAS.
4-Territorialidade	Ações territoriais	Desafio da implementação e implantação da Política Ações socioeducativas desenvolvidas Acompanhamento da família Resgate dos laços familiares, comunitários, educacionais e culturais.

Fonte: Leal, A. R. jan. 2012.

## Perfil dos entrevistados

### Sub-Eixo – Caracterização dos entrevistados

Constatou-se que os entrevistados tem idade que variam entre 33 anos e 69 anos. Assim como, o tempo de formação profissional que varia entre 06 a 35 anos. As profissões são todas da área humana. Dos entrevistados, apenas 01 (uma) não tem o curso superior completo.

**Quadro 2** - Distribuição dos operadores da Política de Atendimento ao Adolescente em Meio Aberto por idade, função e tempo de formação em Nova Iguaçu.

Função no Serviço Público	Idade	Formação profissional	Tempo de formação
Assistente Social	46 anos	Serviço Social	23 anos
Assistente Social	33 anos	Serviço Social	6 anos
Psicóloga/Coordenadora	56 anos	Psicologia	31 anos
Pedagoga	53 anos	Pedagogia	11 anos
Secretário	46 anos	Estudante de História	-
Presidente do CMDCA	51 anos	Ciências Jurídicas	30 anos
Juiz	69 anos	Bacharel em Direito	

Fonte: LEAL, R. A. jan. 2012.

Quanto à execução do serviço público, os entrevistados têm a função de Assistente Social, Psicóloga, Coordenação de equipamento público, Pedagoga, Secretário de Pasta, Presidente do CMDC e Juiz de Direito. O tempo de serviço público destes profissionais varia de 03 anos – o menor tempo – até 32 anos – o maior tempo exercício público.

Os entrevistados apresentam poucos anos de experiência de trabalho com adolescente em conflito com a lei, com média de dois anos de atuação com a temática. Apenas dois tem respectivamente 14 e 15 anos trabalhando com adolescentes em situação de risco social.

Dos sete entrevistados que tem função pública, apenas dois são cargos comissionados: a Psicóloga/Coordenadora e o Secretário. Os demais são

estatutários e estão alocados, no geral, em dois órgãos públicos. Faz-se uma ressalva para a presidente do CMDA que é estatutária exclusiva da Prefeitura de Nova Iguaçu. As informações aqui dispostas estão organizadas no Quadro 2 para uma melhor visualização dos dados sistematizados.

**Quadro 2** – Distribuição dos operadores da Política de Atendimento por função e tempo no serviço público, tempo de trabalho com a temática, lotação em órgão público e em outro local de trabalho.

<b>Função no Serviço Público</b>	<b>Tempo de Serviço Público</b>	<b>Tempo com a temática</b>	<b>Lotação em órgão público no município</b>	<b>Outro local de trabalho</b>
A. Social	19 anos	3 anos e meio	Secretária de Assistência Social	Secretaria Estadual de Saúde
A. Social	3 anos	2 anos e meio	Secretaria de Assistência Social	Secretaria Estadual de Saúde
Psicóloga/ Coordenadora	5 anos	1 ano e meio	Secretaria de Assistência Social	Clínica Particular
Pedagoga	4 anos	1 ano	Secretaria de Assistência Social	Secretaria Estadual de Educação
Secretário	+ 25 anos	1 ano e meio	Secretária de Assistência Social	Agente de Endemias do Ministério da Saúde
Presidente do CMDCA	32 anos	16 anos	Secretaria de Governo	-
Juiz	+ 30 anos	14 anos	Juizado da Infância e Adolescência da Comarca de Nova Iguaçu	Juiz aposentado do Ministério do Trabalho

Fonte: LEAL, R.A., Out. 2011.

## 6.1. Gestão da Política Pública

### Sub-Eixo - Organização Técnica da Política no Município

#### Tópicos de Análise

#### Composição da equipe técnica do CREAS

A equipe técnica do CREAS de Nova Iguaçu responsável pelo atendimento do adolescente, no total de seis profissionais, é composta por servidores públicos conforme disposto na NOB-RH/SUAS 2007. Para atendimento e o acompanhamento do adolescente e a respectiva família foram previstos *três Assistentes Sociais*<sup>99</sup>, um Psicólogo, uma Pedagoga, um Advogado e um educador social. E ainda, a Coordenadora do Equipamento CREAS que tem o papel de gestora e articuladora do Serviço de Proteção Especial ao adolescente com a rede interna e externa. Sendo que o Advogado, o educador social, o Psicólogo e a Coordenadora não são servidores estatutários, são contratados ou de cargo comissionado. A Psicóloga, ao mesmo tempo, presta serviço de atendimento ao adolescente, e também, coordena o equipamento público. É pertinente ressaltar que o Advogado e o educador social não foram entrevistados.

*“A nossa coordenação é muito empenhada, a gente percebe alguma dificuldade porque ela executa duas atividades: ela Coordena e é a Psicóloga do Programa. Então você percebe pouco tempo, ou pra tá no atendimento ou pra tá na coordenação.” (Entrevistado 2)*

*“A coordenadora, ela tem assim boa vontade, é uma pessoa super comprometida com o trabalho dela, entendeu? Mas também ela enfrenta as dificuldades que você já conhece que a gente já sabe. Ela não pode fazer as*

---

<sup>99</sup> Sendo que uma estava de licença médica, então apenas duas estavam atuando.

*coisas, sozinha. Ela depende da rede,(...) ela depende da Secretaria(...)"*  
(Entrevistado 3)

Os entrevistados vêem o acúmulo de função como algo que dificulta à execução de ambas as atividades, impossibilitando a dedicação exclusiva exigida para tarefas tão importante, a execução e a gestão. Reconhecem que o trabalho de Coordenar é uma função que depende da interação com a rede e apoio da Secretaria a qual o CREAS está relacionada.

O acúmulo de função parece ferir as *Orientações Técnicas do CREAS*<sup>100</sup>, quanto à composição de equipe de referência. Nos *Parâmetros de composição da equipe*<sup>101</sup> está proposto 01 coordenador e um 01 Psicólogo para execução dos serviços sociais dentro do CREAS. E no que tange às atribuições<sup>102</sup> do coordenador, o acúmulo de função, acaba por desviar o exercício de algumas que se colocam prioritárias na condução da gestão do equipamento. Como por exemplo,

1. Coordenar as rotinas administrativas, os processos de trabalho e os recursos humanos da Unidade;
2. Coordenar a relação cotidiana entre CREAS e as unidades referenciadas ao CREAS no seu território de abrangência;
3. Coordenar o processo de articulação cotidiana com as demais políticas públicas e os órgãos de defesa de direitos, recorrendo ao apoio do órgão gestor de Assistência Social, sempre que necessário;
4. Subsidiar e participar da elaboração dos mapeamentos da área de vigilância socioassistencial do órgão gestor de Assistência Social;

As quatro atribuições<sup>103</sup> já destacadas não convergem com o processo de trabalho especializado, por exemplo, que dentre as suas funções, destacam-se outros que caracterizam o trabalho com o foco especificamente no indivíduo e na família exigindo disponibilidade de horário para seu exercício. Vejamos quais são:

<sup>100</sup>É uma publicação do MDS de 2011 que fornece informações sobre procedimentos de implantação, organização e estruturação do CREAS.

<sup>101</sup> Aqui se refere para município de Porte Grande, Metrópole e DF para o nível de Gestão, Básica, Inicial ou Plena.

<sup>102</sup> Para conhecimento ler *Orientações Técnicas do CREAS*, 2011

<sup>103</sup> Retirado das *Orientações Técnicas do CREAS*, 2011.

1. Acolhida, escuta qualificada, acompanhamento especializado e oferta de informações e orientações;
2. Elaboração, junto com as famílias/indivíduos, do Plano de acompanhamento Individual e/ou Familiar, considerando as especificidades e particularidades de cada um;
3. Realização de acompanhamento especializado, por meio de atendimentos familiar, individuais e em grupo;
4. Realização de visitas domiciliares às famílias acompanhadas pelo CREAS, quando necessário;

Sem dúvida, ao trabalho de gestão cabe ter foco principal no indivíduo e na família, mas numa lógica de administrar os processos que levam a oferta dos serviços com qualidade e efetividade na garantia dos direitos exigindo para isso, dedicação exclusiva tanto quanto à aplicação teórica profissional. A sobrecarga é improdutiva.

A equipe de referência destina-se atender de forma especializada e interdisciplinar a todos os usuários que acessam os serviços socioassistenciais ofertado pelo CREAS. A diretriz que determina a constituição de equipe técnica para cada serviço implica em ampliação. *“Assim, a equipe de referência do CREAS, indicada na NOB-RH/SUAS (2006), deverá ser ampliada de acordo com a realidade do município/DF, considerando os índices de situações de risco pessoal e social, por violação de direitos, e a capacidade de atendimento de cada Unidade” (Caderno CREAS, 2011, p.92).*

O documento SINASE/2006 – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, no que tange a composição da equipe técnica de atendimento ao adolescente em conflito com lei, orienta ter uma equipe mínima formada por profissionais de diversas áreas do conhecimento. A Lei<sup>104</sup> que institui o SINASE há uma alteração na constituição da equipe esclarecendo que: *“A composição da equipe técnica do programa de atendimento deverá ser interdisciplinar, compreendendo, no mínimo, profissionais das áreas de saúde, educação e assistência social, de acordo com as normas de referência” (artigo nº 12).*

---

<sup>104</sup> LEI Nº 12.594, DE 18 DE JANEIRO DE 2012.

As normas de referência estão contidas no documento do SINASE que estabelece o atendimento conforme a quantidade de adolescentes, distinguindo a modalidade de Liberdade Assistida nesse assunto.

Lê-se:

*“1) Em se tratando da Liberdade Assistida Comunitária (LAC), cada técnico terá sob seu acompanhamento e monitoramento o máximo de vinte orientadores comunitários”. Sendo que cada orientador comunitário acompanhará até dois adolescentes simultaneamente;*

*2) Em se tratando Liberdade Assistida Institucional (LAI), 34 cada técnico acompanhará simultaneamente no máximo a vinte adolescentes” (SINASE, 2006:49).*

Percebe-se que não há uma diretriz única referente à composição de equipe para o atendimento do adolescente em cumprimento de medida socioeducativa. Sendo adequada conforme a modalidade comunitária ou institucional. Cada sistema determina uma formação de equipe, tendo em comum uma equipe multiprofissional e interdisciplinar. O que chama atenção é que o SINASE propõe uma equipe específica para o acompanhamento das medidas socioeducativas e a NOB-RH/SUAS/2007 sugere uma equipe de referência para atender as famílias e indivíduos dos serviços socioassistenciais oferecidos no CREAS.

## **Capacitação**

A questão de participar em Capacitação Específica para executar o Serviço de Proteção Social ao Adolescente em Cumprimento de Medidas Socioeducativas, em todos os discursos, ficou claro, que é muito mais de iniciativa do profissional. Não há uma política institucional de preparar os profissionais para serviços públicos ofertados à população.

*“Não. Na verdade não tem. Aparece um curso ou outro. Uma se inscreve, vai lá e faz. Teve um Curso do DEGASE, que a que é assistente social de Medidas*

*fez no ano passado. Quando eu entrei no CREAS, ela estava fazendo o curso uma vez por semana. Então, ela só vinha uma vez por semana. E foi só, desde que eu estou aqui foi o curso que eu vi.” (Entrevistado 4)*

*“Uma capacitação formal promovida pela Prefeitura de Nova Iguaçu, não. Mas nós, a equipe está sempre buscando estar presente em eventos, discussões, seminários.” (Entrevistado 1)*

*“No ano passado (2010) eu fiz parte, fiz o Curso de Capacitação do DEGASE. Fui o único membro da equipe a fazer o Curso que eu concluí no final do ano passado.” (Entrevistado 1)*

*“Nunca, sabe, fui convidada pra nenhuma, nenhuma capacitação não.” (Entrevisto 3)*

Observou-se que não há uma política institucional de incentivo a Formação Continuada, esta fica a mercê dos técnicos procurarem uma atualização e ou uma especialização sobre a temática que trabalham. Outro aspecto mencionado de acordo com a carga horária que cumpre no espaço profissional e se houver interesse do mesmo.

Ouviu-se:

*“A participação (nos seminários e cursos) vai variar dependendo da disponibilidade de tempo do técnico. A gente trabalha em regime de plantão (...) (...) se a pessoa pode fazer uma troca e com o interesse acho também (...)” (Entrevistada 1)*

*“A gente com frequência vai a eventos promovidos pelo Fórum Pró-SINASE que é um Fórum local da Baixada. O interesse é pela discussão de casos, discussão de temáticas que tenham a ver com a implantação e execução da medida socioeducativa.” (Entrevistado 1)*

*“Não sei as outras técnicas, mas, eu não tive nenhuma capacitação. Essa capacitação veio do próprio técnico de está lendo, participando de eventos,*

*buscando por si próprio. Pela Secretaria nós não tivemos nenhum tipo de capacitação.” (Entrevistado 2)*

*(...) qualquer coisa que tenha a ver com o trabalho do Serviço Social, no meu caso, especificamente, que vai ajudar no trabalho da medida socioeducativa, a gente vai procurar estar presente. (Entrevistado 1)*

É importante lembrar que a recomendação das normativas legais é que os entes federativos realizem capacitação permanente para toda equipe. “É importante ressaltar que, de acordo com a NOB-SUAS, constitui responsabilidade dos municípios, DF, Estados e União, implantar planos, programas e ações destinadas à capacitação e formação dos profissionais que atuam no SUAS, iniciativas que respondam às necessidades de aprimoramento da equipe de trabalho na sua totalidade - coordenação, técnicos, profissionais de nível médio e auxiliares.”(Caderno CREAS, 2011, p.104)

O discurso do Entrevistado 4 reforça que não há uma proposta de capacitação periódica por parte da Secretaria de Assistência. Os técnicos são liberados para participar de atividades temáticas que são ofertados em outros municípios ou organizados por instituições que trabalham com Criança e Adolescente. A inserção dos técnicos em atividades que proporcionem atualização sobre a temática do adolescente em conflito com a lei denota ser esporádica e não há possibilidade de todos participarem. Os eventos externos e possíveis seminários organizados pela própria instituição pública da assistência são vistos como meio para capacitação periódica.

Foi ressaltado que:

*“A gente está tendo algumas atividades: tivemos no início do ano, por exemplo, seminário de Justiça Alternativa. Foi bastante interessante. Foi suscitado e organizado pela equipe de medida socioeducativa que o CREAS tem. (...) Foi feito junto com a Rede (Rede Criança Cidadã). Houve efetiva participação, a demanda, anh! Portanto eles desenvolveram, participaram. De vez em quando tem uma atividade, manda um técnico, manda outro. Não se consegue fazer com todos ao mesmo tempo. Mas na medida do possível, tendo*

*espaço em outros municípios. O Ministério Público fez duas atividades: uma em cada mês. E a gente tem aproveitado essa oportunidade para mandar os técnicos.” (Entrevistado 5)*

## **Planejamento da Política de Atendimento ao Adolescente**

O planejamento de uma política pública deve guiar a execução do Serviço, ou seja, deveria preexistir ao atendimento ofertado à população. É através do planejamento que se formula objetivos, metas, processos e resultados dentro de curto, médio e longo prazos com o envolvimento de diversos atores sociais. A prática de planejar contribui para o êxito de uma política pública desde que haja revisão das práticas adotadas para que se crie condições de a construção de novos processos decisórios. Segundo Oliveira, (2006, p. 12)

“o processo de planejamento é um processo de decisão político que depende de informações precisas, transparência, ética, temperança, aceitação de visões diferentes e vontade de negociar e buscar soluções conjuntamente que sejam aceitáveis para toda a sociedade e principalmente para as partes envolvidas.”

Mas, nos parece que falta entendimento da importância e como fazer o planejamento.

Observou-se no discurso dos entrevistados que o Planejamento da Política e o planejamento do serviço ainda são incipientes. Este devia estar atrelado ao Planejamento da Política Municipal de Atendimento Socioeducativo<sup>105</sup>, que por sua vez, deveria ter a participação de vários atores (Conselhos de Direito, Promotoria e a Sociedade Civil, entre outros). Nas falas dos entrevistados não apareceu essa perspectiva de trabalho.

*“A gente sentou e a equipe montou o próprio fluxo. Recebe esses meninos via judicial e a gente tem um plano de atendimento pra cada um deles.” (Entrevistado 2)*

<sup>105</sup> LEI Nº 12.594, DE 18 DE JANEIRO DE 2012 estabelece no art. 5º, inciso I como competência do município instituir o Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo.

*“O planejamento é feito assim: O primeiro atendimento a gente faz e aí preenche a ficha do adolescente. A partir daí é marcado com eles os atendimentos, com psicólogo, assistente social, às vezes comigo mesmo entendeu se for o caso, muitas das vezes é, porque... “esse menino não sabe ler, não sabe escrever – eu marquei com você pra você conversar com ele” entendeu!”*  
(Entrevistado 3)

O planejamento é entendido como o desenvolvimento da rotina não sendo explicitadas as formas de gestão que regem as atividades desenvolvidas. O atendimento ao adolescente e as ações a ele destinados estão atreladas ao gestor da Assistência Social. *“É fundamental que o planejamento do CREAS esteja alinhado ao planejamento do órgão gestor e que ambos estejam direcionados ao crescente aprimoramento da gestão e qualificação da oferta dos serviços.”*  
(Caderno Creas, 2011)

Um dos entrevistados chegou a mencionar num “plano maior”, mas não oferece mais esclarecimentos e sinalizou que possivelmente, tenha sido apresentado ao CMDCA. E informa que depois disso a equipe passou a criar fluxo de atendimento, instrumentos e rotina de trabalho. Isso mostra a iniciativa da própria equipe. Há um reconhecimento que a rotina do serviço de atendimento ao adolescente está *“montadinho”*, mas durante o processo de trabalho pode detectar outras demandas que deverão ser absorvidas. Também, há a percepção que o serviço de atendimento acontece isto, é o básico.

*“É... Existe um plano maior... Uma prévia pensando nesse serviço como é que funcionaria o fluxo, que é aquilo que foi montado e apresentado, acho que foi apresentado no CMDCA – Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente. Depois disso, a gente dentro do serviço foi montando fluxos. Os fluxos de atendimento, rotinas, os formulários. A equipe senta e discute cada passo do atendimento do adolescente. Claro que esse processo não tá terminado, a gente precisa ver PIA- Plano Individual de Atendimento. Não está efetivamente montado e a gente precisa dar outros passos no sentido de estruturar o trabalho. O básico da rotina para o serviço funcionar está montadinho e a gente vai*

*discutindo, inclusive coisas que se vai deparando no processo de trabalho.”*  
(Entrevistado 1)

*“Não tenho a menor idéia. Eu não sei como era antes. Eu não estava aqui antes. Então... eu nunca lidei com isso. Esse é um mundo completamente novo para mim.” (...)* “Não sei dizer”. (Entrevistado 4)

*“Na verdade a gente está tentando, quer dizer o atendimento até existe. A dificuldade hoje é de fato implementar.”*(Entrevistado 5)

### **Monitoramento da Política de Atendimento ao Adolescente.**

É relevante registrar que, em geral, o Monitoramento da Política, por meio dos discursos apresentados, não aparece. Ou melhor, dizendo, aparece um breve entendimento sobre a prática do monitoramento, mas não, como uma proposta de trabalho discutida e acordada, entre todos, partindo da equipe gestora. Parece que não há clareza de como se dá o processo de acompanhamento do desenvolvimento da política e do serviço com foco em resultados ou para revisão e ou adequação dos procedimentos de monitoramento.

O monitoramento é uma ferramenta de gestão essencial que fornece elementos que contribuem para o desenvolvimento das ações e na averiguação do impacto na vida dos demandantes da política. Portanto,

*“o monitoramento pode ser realizado a partir da coleta de dados quantitativos e qualitativos, de forma sistemática, que permita a análise de informações e auxilie no gerenciamento das ações realizadas(...) Por meio de sua realização sistemática, é possível verificar a necessidade de mudanças de rumo e alterações no planejamento e nos procedimentos adotados, visando garantir a qualidade do trabalho social desenvolvido.”*(Caderno Creas, 2011)

O monitoramento nessas condições como ferramenta de qualidade foi apreendido pela equipe que executa o serviço com algumas diferenças de entendimento.

*“(...) esse monitoramento, ele é feito pela própria equipe, a gente não tem nada que venha da Secretaria pra está fazendo o monitoramento desses meninos, tanto em cumprimento, tanto os que têm a medida extinta.” (Entrevistado 2)*

*“O monitoramento é através dos atendimentos, no meu caso eu solicito a escola, eu já enviei ofício para as escolas solicitando o relatório bimestral, da frequência, do rendimento escolar entendeu, para estar anexando ao relatório da assistente social e da psicologia.” (Entrevistado 3)*

O Entrevistado 1 sinaliza que há um instrumento estatístico chamado qualiquantitativo que é utilizado para levantamento de dados sobre os “meninos.” Denota ter dados de caracterização, mas não explicita o acompanhamento dos adolescentes na execução do serviço ofertado no CREAS e nem do desenvolvimento da Política no Município. Ou seja, os dados são precários para configurar o andamento da política e do serviço. Mas são dados que se trabalhados podem produzir informações sobre a política e sobre o serviço.

A saber:

*“A gente tem um instrumento mensal de estatística que é o qualiquantitativo. Então, tem dados que são exigidos pela Secretaria e os dados que a gente acha importante para reconhecer a incidência, localizar geograficamente em que lugares, de onde vêm mais os meninos, faixa etária. Então a gente faz o monitoramento do que tá consolidado nesse instrumento estatístico. Acho que a gente tinha que ter mais instrumentos de monitoramento.” (Entrevistado 1)*

O mesmo entrevistado em sua fala demarca a importância de separar o que cabe a equipe técnica e o papel da coordenação no processo de planejamento e monitoramento. Sem dúvida, que as ações de planejamento e monitoramento da equipe técnica se restringem a execução do serviço e impacto desse na vida dos adolescentes e de seus familiares. A coordenação gestora do equipamento, estrategicamente, pensa a integração com a rede local, foca na estruturação do trabalho da equipe e pensa o impacto político do serviço na comunidade. Para isso, requer dedicação exclusiva de função de coordenadora, o que não ocorre.

*“(...) tem um espaço de planejamento, monitoramento que tem a ver com o empenho, com o pensar da equipe técnica, mas tem uma questão que tem até que ver com a rede e estrutura de trabalho que a coordenação aqui pode mobilizar do ponto de vista técnico e também político.” (Entrevistado 2).*

O Entrevistado 5 quando arguido sobre o monitoramento da política disse que é realizado pelo Observatório e Violência que mapeia os dados estatísticos de violência do Estado através do ISP- Instituto de Segurança Pública e compara com os dados estatísticos do trabalho realizado no CREAS. Os dados do serviço de atendimento ao adolescente em cumprimento de medida socioeducativa são processados pelo Observatório. Entretanto, as entrevistadas, em nenhum momento, comentaram sobre essa forma de monitoramento dos dados coletados na execução serviço de atendimento ao adolescente.

Observe duas posições de gestores de níveis diferentes:

O primeiro disse:

*“A gente tem uma equipe aqui – o Observatório de Violência que recebe dados do ISP-Instituto de Segurança Pública. Dados do trabalho que vão fazendo mapeamento, ou seja, tanto do trabalho feito aqui, como dados de Segurança do Estado. Então, toda aplicação de violência, no caso aqui de jovens e adolescentes, se mapeando e comparando com os dados do trabalho realizado? Então, se vai levantando dados, ao longo do tempo. Um dado estatístico que vai monitorando o trabalho.” (Entrevistado 5)*

O segundo ponderou:

*“Acho que não tem. Que eu saiba não tem. Já falaram. Já vieram. Já instalaram programa aqui no computador. Já disseram que iam fazer e iam acontecer. Aquilo se perde por ali mesmo, entendeu? Então, assim, em primeira mão, eu pensei ontem com a equipe, nós vamos começar a fazer até março do ano que vem; nós vamos fazer um seminário de apresentação do CREAS para primeiro a SEMASPV. Ele conhece, mas mais ou menos. Sabe que a gente existe, mas não sabe como.” (Entrevistado 4)*

## Avaliação da Política de Atendimento ao Adolescente

A avaliação, numa perspectiva processual<sup>106</sup>, é uma das ferramentas de gestão que contribui para a reformulação das políticas públicas. A avaliação deve ocorrer desde antes mesmo de iniciar a implementação de uma política, projeto ou serviço, denominada de marco zero<sup>107</sup>, ou seja, antes de começar a execução das atividades. Não obstante, a avaliação tem o foco na qualidade da gestão. *“A avaliação presta a produção de informação qualificada e sistematizada sobre programas, políticas, ações serviços, a fim de subsidiar tomadas de decisões de gestores e gerentes”*. (Vaitsman, 2007, p.2)

Constatou-se, por meio dos discursos, que os entrevistados demonstram que não há uma avaliação específica direcionada e sistematizada para o serviço de atendimento ao adolescente. A avaliação ocorre em reuniões gerais com a equipe do CREAS para rever atuações, decisões, do que está dando certo ou errado.

*“Olha, eu não vi. Até agora eu não vi nenhum tipo de avaliação... eu, eu, não vi. Acho que o que funciona mesmo é a auto-avaliação. Eu mesmo me avalio o tempo todo. Avaliação... a coordenadora, você diz assim, a coordenadora do grupo, do CREAS avalia o que está sendo feito, discute.”* (Entrevistado 3)

*“O que se faz são as reuniões. Como ontem, nós tivemos reunião, pra está decidindo, entendeu; pra tá colocando os pontos que não são legais; o que precisa melhorar ou que a gente precisa fazer. Então eu acho que a avaliação é feita quando tem as nossas reuniões de toda a equipe.”* (Entrevistado 3)

*“A gente faz avaliações constantes assim em reunião, tanto que, muitas vezes, se fazem mudanças de rumo, de fluxo ou de regras estabelecidas, que a gente estabelece até com uma discussão com os meninos em grupo. Reúne os adolescentes e então, a gente vai mudando o rumo através dessas discussões e*

<sup>106</sup> (...) “A avaliação é denominada avaliação de processo, que compreende, além do monitoramento contínuo das atividades, a reflexão, isto é, as relações entre os membros da equipe e sua interação com público-alvo.”(Marino,2003.)

<sup>107</sup>

*também dos relatórios. No final do ano se faz uma avaliação geral.”*  
(Entrevistado 1)

Essa entrevistada não menciona as reuniões de equipe, somente os relatórios qualitativo e quantitativo, utilizados como instrumentos de coleta de dados para avaliação dos adolescentes atendidos.

*“A gente tem dois instrumentos, que são os relatórios que se faz aqui mesmo: de qualitativo e quantitativo. E a gente usa esses instrumentos para fazer a avaliação desses meninos que estão em Prestação de Serviço à Comunidade e L.A.”* (Entrevistada 2).

O discurso do Entrevistado 5 tem sido um contraponto as colocações feitas pelos técnicos no decorrer das entrevistas. Percebe-se, realmente, que não há diretriz proposta da Secretaria que seja seguida pela equipe. Esta parece conduzir o trabalho com os adolescentes, sem ter interação com a forma de pensar do Gestor da Assistência Social do município. Apesar de ter uma Coordenação de Proteção Especial, parece que não há entre esta, a equipe e a Secretaria uma coerência técnica para execução do serviço. Em nenhum momento nas falas dos entrevistados se detecta que o trabalho está sendo realizado a partir de diretrizes formuladas pela equipe de gestão da Secretaria e posteriormente, conduzida pela Coordenação do CREAS.

Na transcrição, abaixo, o discurso o Entrevistado 5 sobre avaliação do Serviço e conseqüentemente, sobre o desenho da Política de atendimento do adolescente no município, percebe-se que distancia do que vem sendo sinalizado pela equipe técnica que executa o referido serviço. Mas, o Entrevistado 5 em sua fala traz elementos importantes para avaliação do trabalho: reincidência do ato infracional, focos de violência com adolescentes no município, e georeferenciamento dos adolescentes, ou seja, apresenta preocupação e perspectiva de implantar mais um equipamento CREAS na região de maior incidência desses adolescentes. Apresenta-se um olhar de gestão: detecta a demanda, identifica necessidade de maior atuação da Política de Assistência e configura uma proposta de trabalho.

*“A gente acaba monitorando a presença nos encontros. Ou seja, se tem uma reincidência (do ato infracional) posterior. (...) Tenta-se, georeferenciar, também, para saber qual a maior demanda do município, saber onde estão alguns focos de violência maior e tal. Então, por exemplo, para a gente já ficou muito claro que no entorno da Estrada de Madureira entre Comendador, Cabuçu e Km32 é o grande foco; grande parte dos meninos e meninas que vem para gente cumprir a medida socioeducativa vem daquela região. Então, é vontade nossa de ter um CREAS lá, até pra (...) A gente percebe que demandaria um trabalho maior nosso, uma assistência maior nossa nessa região.”(Entrevistado 5)*

Contudo, este posicionamento de gestão aparece só em alguns traços na condução do trabalho da equipe técnica. Por mais que a equipe técnica não tenha uma preocupação direta com a gestão da política no município, acredita-se que seu trabalho deva da equipe deva estar em sintonia com as orientações gerais da emanadas instituição equipe de gestão da Secretaria. Se não, corre-se o risco do Serviço ofertado não proporcionar reais mudanças na vida dos adolescentes.

### **Dificuldades e Possibilidades**

É importante ressaltar que cada entrevistado elencou dificuldades que variaram da infraestrutura à vontade política. As dificuldades foram agrupadas através dos discursos apresentados: falta de transporte, de gasolina, falta de internet, restrição no uso da linha telefônica, dificuldade de alugar imóvel, poucos recursos financeiros e falta de profissionais concursados.

Os técnicos explicitaram que a questão de não ter um **transporte** disponível no equipamento CREAS é um dificultador para a plena execução do serviço. Pois impede que realizem procedimentos de trabalho fundamentais para alcançar os objetivos propostos nas atividades que compõem o atendimento ao adolescente. A falta do carro emperra não só o trabalho das Medidas Socioeducativas, mas todos os serviços ofertados dentro do equipamento. E ainda quando tem meio de transporte não tem **combustível**.

*“Mas, mesmo com o recurso chegando tem outros entraves que é assim, vou te dar um exemplo. Tem carro, teria um carro destinado para o CREAS,, pra gente fazer as visitas, usar nas atividades específicas do CREAS, mas o carro não fica no CREAS (...) (Entrevistado 1)*

*“A gente não conta com veículo próprio. Então, há dificuldade para realizar VD, para fazer visita institucional. Então, dificilmente consegue-se acessar a rede diretamente por conta dessas dificuldades.” (Entrevistado 2)*

*“A gente tem dificuldade de tudo”. Tem dificuldade do carro, marca o atendimento, marca VD e o carro não aparece, não tem gasolina são as mesmas dificuldades de antes que não mudam nunca, entendeu? (Entrevistado 3)*

*“Então, que a gente tenha coisas mínimas e básicas para um bom andamento do trabalho. O que eu chamo de coisas mínimas e básicas? Um carro, dois carros à disposição do CREAS durante todo o expediente. Não que eu tenha que fazer uma solicitação uma semana antes de agendar visita, VD. (...) Eu preciso de carro para fazer visita institucional, preciso ter liberdade. (...) Mas nem sempre tem carro. Eu não posso ficar. Eu preciso entregar ofício. Eu preciso entregar relatório.” (...) (Entrevistado 4)*

*“A principal dificuldade é a questão da estrutura, que precisa ser adequada ao atendimento dos adolescentes, temos os Centros de Referência que funcionam capengas, sem equipes multidisciplinares que possam efetivamente contribuir com estes atendimentos.” (Entrevistado 6)*

Outra dificuldade posta é a impossibilidades de comunicação via e-mail, por **não haver internet** instalada e a **restrição do uso da linha telefônica** de ligações para celular. Foi sinalizado pouco equipamento de informática e os existentes, não estão conectados em rede. Atualmente, a tecnologia da informação e o avanço das telecomunicações têm sido aliados no que tange agilidade, presteza no cumprimento das tarefas diárias do setor de trabalho, entretanto isso não alcança todos os setores públicos.

Veja-se:

*“A gente não tem uma internet aqui, se quer entrar em contato com outras instituições, mandar um e-mail, não tem, entendeu! A gente não tem ligação pra pra pra celular, só pra convencional, outra dificuldade. Tem só uma impressora, entendeu. E só tem um computador que, não tem como fazer em rede, só aquele computador.”* (Entrevistado 3)

Outros relatos dizem respeito à questão **dos recursos financeiros**: afinal o município deve investir financeiramente na política pública local. Vale reforçar, não só destinar recursos para implantação da política pública, e para a manutenção dos espaços físicos onde é executada. Assim como, o compromisso de responsabilizar-se por todo material de expediente (papel ofício, canetas, envelopes, etc), mobília, que são fundamentais para o andamento da política.

Eis as falas:

*“Eu acho que mesmo, que venha recurso de outro lugar né, venha do Estado, Federal, que seja o Município deveria implicar, não só em Medidas, e em qualquer outra política.”* (Entrevistado 1)

*“(...)temos um prédio próprio, isso é uma coisa rara, mas um prédio próprio precisa de manutenção, os equipamentos que estão aqui precisam de manutenção, a gente precisa ligar para celular, não pode. Isso é implicação de recurso.”* (Entrevistado 1)

*“Outra dificuldade é a questão financeira. Nosso público alvo é um público carente, não tem condições, muitas vezes, de custear a passagem e isso dificulta todo o acompanhamento.”* (Entrevistado 2)

*“A gente recebe uma demanda aqui, outra demanda ali. Tem os meninos que não tem dinheiro. Não tem dinheiro para vir. Não consigo que o município arque com esse custo da passagem.”* (...) (Entrevistado 4)

Em outro momento dos discursos os entrevistados expõem que não há compromisso político por parte do governo local. Não há clareza da utilização dos recursos e nem informações sobre a implementação da política, isto é não são compartilhadas.

*“Vou ser sincera eu acho que tá faltando é vontade política porque a gente tem feito um movimento de entender essa coisa. Às vezes, para o técnico que tá fora é difícil entender a coisa do cofinanciamento. O dinheiro vem como, se chegou, por que o cara não libera?”* (Entrevistado 1)

*“Então, eu acho assim, tem um lugar do CREAS, especificamente de Medidas, importante no trabalho e aí eu acho que ele não é tratado nessa proporção não! Desse jeito, com essa importância que deveria ter.”* (Entrevistado 1)

Cabe mais uma ressalva na questão dos recursos financeiros. Por exemplo, uma dos entrevistados, destaca que há grande demanda de adolescente para atendimento, mas não há um investimento financeiro, por parte do governo local, na formação de uma Rede, isto denota que o equipamento CREAS não absorve todas as demandas. Percebe-se aqui a necessidade do governo local investir financeiramente para operacionalizar a política de atendimento ao adolescente: formalizar uma rede para construção de um fluxo de atendimento para “além dos muros do CREAS”.

*“Nós temos várias dificuldades. Primeiro é uma equipe que precisaria de mais técnicos. Temos uma demanda muito grande e temos uma rede muito pequena para atender estes meninos fora CREAS. A gente tem uma rede que funciona em relação à educação, tem uma única instituição que faz tratamento antidrogas que trabalha junto conosco que é o espaço PROGREDIR, porém é uma instituição que não tem uma contrapartida, não tem... um financiamento da Prefeitura (...). Então, toda essa dificuldade da rede que é a maior de todas.* (Entrevistado 2)

O Entrevistado 5 entende que o cofinanciamento do Governo Federal é apenas um incentivo e que a Cidade de Nova Iguaçu tem uma baixa arrecadação de tributo o que vem prejudica a ampliação da política. E que a previsão orçamentária não corresponde à realidade de arrecadação e assim não atende as demandas da população; pois se verifica se a proporcionalidade do valor estimado de arrecadação e pelo número da população, realmente, seria um valor baixo per capita.

O Entrevistado 5 cita Campos de Goytacazes no Rio de Janeiro, como exemplo, de uma arrecadação alta para um número populacional baixo. Mas aqui vale uma ressalva, o IDH de Campos é menor que de Nova Iguaçu: apesar dos recursos para aplicação no município serem de aproximadamente 9 mil reais por ano e Nova Iguaçu 1000 reais por ano o IDH<sup>108</sup> de Campos é ainda mais baixo do que de Nova Iguaçu. Ou seja, não basta fazer boa arrecadação e, sim, parece boa gestão do recurso que se tem.

*“O financiamento ainda é baixo. Isso é um incentivo. Por exemplo, uma cidade como Nova Iguaçu, na minha visão, cidade pobre. Tem perdido o Parque Industrial. Tem uma arrecadação baixa para o tamanho da Cidade. Eu costume dizer que a gente tem um orçamento aprovado hoje na Câmara de R\$ 900 milhões para uma cidade de quase um milhão de habitantes. Mas nunca se consegue chegar a R\$ 900, você estima que vai arrecadar R\$ 900, mas não consegue chegar nisso. Você tem Campos arrecadando dois bilhões e meio para uma população de 300 mil habitantes ou nem isso. Então, causa disparidades grandes.”* (Entrevistado 5)

O Entrevistado 5 ainda destaca duas outras dificuldades, que denomina de nós: a falta de profissionais concursados e a impossibilidade de alugar imóveis porque a Cidade tem a percepção que a Prefeitura não paga aluguel. Ele entende que esses dois aspectos são empecilhos para o andamento da política de atendimento ao adolescente.

---

<sup>108</sup> O IDH-Municipal vigente ainda é o do ano 2000. Portanto, o IDH dos municípios em questão, respectivamente, são 0,752 e 0762.

*“Por exemplo, o nosso profissional (se refere não ser concursado e pouco profissional) é um nó grande que se está resolvendo em médio prazo... Mas o nó de espaço, por exemplo, a gente não tem conseguido alugar, porque a Prefeitura ficou com uma marca de não pagar aluguel. É uma marca difícil desfazer” (...)*  
(Entrevistado 5)

No que se refere às possibilidades do desenvolvimento da política os entrevistados vislumbram a necessidade de articulação com a rede de incentivar a população a pressionar a gestão municipal e de articulação técnica e política para estruturar a construção de um plano de ação com a perspectiva de utilizar os recursos existentes devidamente.

*“Eu acho que a possibilidade... A gente agora tem uma... Hoje mesmo e acabou se cancelando a reunião, mas a gente vai sentar pra fazer. Tem um plano de ação que vai se apresentar no CMDCA. Tinha um processo anterior, bem anterior, lá no início da história da Medida que era construir o Plano Municipal, que foi interrompido numa mudança de gestão, que já mudou, já mudou, enfim né. Então eu acho que a perspectiva é esse retorno de uma articulação, do sentar à mesa e articular do ponto de vista técnico e político. E realmente, dá-se conta do cofinanciamento para essas coisas, esse recurso vai ser aplicado da maneira devida. E eu acho que quem tem que fazer isso somos nós. Eu acho, também, a gente tem discutido aqui no CREAS é... como é que a população, também pode fazer o controle disso: a informação de quem é que conduz essa política, de onde vem o dinheiro, pra que é o dinheiro e se o dinheiro tá sendo utilizado. As famílias dos adolescentes atendidos aqui são interessadas, acho até que a população como um todo. Então, eu acho que a perspectiva, do meu ponto de vista, é essa agora. É essa a articulação, porque a pressão tem que vir de todos os lugares. Tem que vir daqui pra gestão, de dentro pra, pro povo que gere a gestão maior da Secretaria, mas também de fora.(...) Então, eu acho que é essa solução, não digo a solução, o caminho pra se criar uma perspectiva disso acontecer de maneira qualificada: é realmente a articulação e a pressão.”*  
(Entrevistado 1)

*“Articulação com a rede. Formação de parcerias porque o maior entrave é esse: é a contrapartida da própria Secretaria e da Prefeitura. A possibilidade realmente é acessar essa rede e fazer parcerias.” (Entrevistado 2).*

Ainda, três entrevistados entendem, respectivamente, que as possibilidades de ultrapassagem das dificuldades vinculam-se à vontade política, disponibilidade de ação por parte dos gestores que estão à frente de setores decisivos para condução da política como também, a priorização do investimento em infraestrutura e recursos humanos para tornar a política de atendimento ao adolescente sustentável.

*“Eu acho... As possibilidades pra mim são a vontade política de fazer alguma coisa, pra mim é isso, é claro entendeu não tem outra coisa, é vontade política.” (Entrevistado 3)*

*“O que eu entendo é que única coisa que a gente vai conseguir melhorar isso, é se as pessoas tiverem vontade. As gestões, desde a Prefeitura passando parte das licitações, aqueles órgãos controladoria, não sei o quê, de liberação, de facilitação, de ter lanche para os meninos, né.” (Entrevistado 4)*

*“E as possibilidades, consistem em priorizar, dotando o sistema com equipamentos e técnicos concursados para dar sustentabilidade a estes atendimentos.” (Entrevistado 6)*

## **6.2. Intersetorialidade**

### **Sub-Eixo – Integração das Políticas Públicas, da Rede Local e do Sistema de Garantia de Direitos.**

## Tópicos de Análise

### Articulação entre Juizado, Promotoria, CMDCA e Governo local

A prática de articulação na execução do serviço e concretização da política de atendimento na fala dos entrevistados se dá muito mais numa perspectiva de resposta as pressões de alguns atores do SGD – Sistema de Garantia de Direitos do que mesmo uma integração entre o Executivo e a Justiça em prol de fortalecimento e adequação da Política Municipal de Atendimento do Adolescente conforme diretrizes postas pelo SINASE. Haja vista, os próprios discursos que admitem receber constantes cobranças do Juiz e da Promotora referente à execução da política.

*“A articulação da Gestão”... eu acho que a gestão hoje, gestão estou falando nível de Proteção Especial – a Secretaria. Ela responde às pressões, solicitações e demandas. Não tem o movimento, ah eu vou antes, vou sentar. Vou tentar me adequar para que gente possa fortalecer o trabalho, não! "Ah, o Juiz chama ou liga para lá ou a Promotora já chamou alguém da gestão da Proteção Especial cobrando das condições que a gente não tem de trabalho.”*  
(Entrevistado 1)

*“É muito boa (a relação). O Juiz aqui é muito ativo nisso. (...) Ele é bastante sério, atua de maneira constante. Faz com a gente audiência na Casa Abrigo a cada seis meses. É uma maneira interessante de cobrar também, melhoria da Casa Abrigo. Portanto, ele tem uma presença bastante constante. O Ministério Público também, hoje mesmo estive com a Dra. XY - Promotora da Infância e Juventude, e a cada dois meses ela me cobra uma reunião, ou seja, faz a parte dela, né?. (...) O Ministério é bastante ativo. Isso é bom, eles cobram. Nem sempre depende só da gente. É bom que eles nos ajudam a cobrar de outros parceiros dentro do governo uma agilidade que nem sempre a gente consegue ter.”*(Entrevistado 5)

Segundo as Assistentes Sociais, Psicóloga e Coordenadora do CREAS o trabalho de articulação é feita por elas, não percebem uma ação proativa da equipe da gestão no que tange a articulação.

*“Essa articulação, que eu tenha visto até hoje, é direto com a gente. A gente é quem faz esses contatos, que vai lá, que liga. (...) não acho que tem uma articulação da Secretaria, assim do Secretário, da Prefeita. Não tenho a menor idéia, qual é. Mas nós é que fazemos. A gente que liga que conversa que pede.”* (Entrevistada 4)

*“(...) A gente não tem assim... Uma constatação de como o gestor articula com essas instituições. Essa articulação é feita pelos próprios técnicos. O que mais acontece são os técnicos articulando os outros setores: judiciário, CMDCA e as outras instituições.”* (Entrevistada 2)

*“Agora no CREAS, a gente faz o movimento contrário, né. A gente está sempre em contato com a Promotoria. O Juiz até algum tempo vinha aqui todo mês. Ele vinha ao CREAS para saber como as coisas estavam caminhando. Eh, a gente não estabelece a relação só formal de relatório, enviar relatório. A gente também enviava o qualiquantitativo para eles.”* (Entrevistado 1)

A relação do Executivo entre o Juizado e a Promotoria se constitui em forma de cobrança. O Entrevistado 6 compreende que a Promotoria cumpre o papel de fiscalizador e que o governo deveria cumprir o seu papel também. Sem dúvida que o governo deveria estruturar o serviço com recursos materiais, físicos e recursos humanos. Foi ressaltado pelo Entrevistado 6 que o CMDCA está sem dados estatísticos para contribuir com o Executivo na proposição de políticas, porque os Conselhos Tutelares não estão realizando o levantamento na ponta.

*“Bom, pelo fato de termos em nossa Comarca, um Juiz que já acompanha há muitos anos os processos, conhece a fundo todo esse sistema aqui da Cidade. Eu considero que a integração entre esses atores existe. Porém a Promotoria com seu papel fiscalizador da Lei tem cobrado né! É o papel dela*

*mesmo, do governo providenciar esta estrutura. Porque o atendimento existe com deficiência, como eu falei anteriormente. E o CMDCA tem um papel no momento quase como mero telespectador porque os Conselhos Tutelares que deveriam estar apontando às estatísticas, porque eles trabalham na ponta, para que a gente possa realmente,... fazer o que nos compete, o que é atribuição do Conselho: que é propor as políticas para auxiliar o Executivo (...), tem se omitido porque a atribuição é deles de nos apontarem, né? Ressalta que a articulação sempre existiu mas o sistema aqui no município está muito enfraquecido.”(Entrevistado 6)*

A articulação entre os setores, a ação intersetorial parece ser algo distante da realidade do trabalho. Há uma interação na perspectiva de cumprir procedimentos de protocolares. Cabe frisar que “Atuar intersetorialmente acarreta mudanças nas práticas e na cultura das organizações gestoras de políticas pública (Comerllato et al., 2007,267)

O Entrevistado 7 também reforça que a relação entre o Executivo e o Juizado é inexistente, porque se estabelece situações de cobranças por meio de processos contra a municipalidade – assim definido pelo Juiz que lhe traz desagrado.

*“Essa questão de relacionamento entre o Juizado e a municipalidade, é coisa que, eu diria assim, que não existe. Por quê? Porque é a Justiça da Infância é competente para conhecer de diversos processos os que são movidos pelo Ministério Público contra a Prefeitura. E nesse mister você tem que tomar decisões que de modo geral desagrada a municipalidade. O Juiz fica numa situação em que de um modo geral, aquilo que o Ministério Público requer, pede tem inteira razão. Você tem que deferir. Aquilo não é visto com bons olhos pela municipalidade. Então, o relacionamento, diria assim, que é sofrível. Ninguém xinga ninguém, mas também, ninguém fica abraçando ninguém.” (Entrevistado 7)*

## Articulação da rede local com o poder executivo

No discurso dos Entrevistados 1, 2 e 3, quanto à articulação, observou-se que ela existe por meio de contatos informais, sendo acionada conforme a necessidade do caso apresentado. Ainda, há um movimento de busca de interação com as instituições, mas devido o volume de demandas no atendimento, dispensa-se pouco tempo, tornando-se impedimento para uma articulação com a rede. Ou ainda, buscar apresentar para gestão a necessidade de formalizar convênios. Então, o movimento é encaminhar os adolescentes para instituições possíveis de forma informal.

*“Não existe nenhuma parceria formal. É através de contatos. A gente busca no momento que a gente precisa do atendimento. E aí fica essa coisa informal. O Espaço Progredir tem uma possibilidade muito maior do que ele faz hoje, mas ele não tem recurso. Então a gente já tentou articular junto com Secretaria que haja um convênio com Espaço Progredir, para dar conta de outras questões nossas, mas isso não caminhou.” (Entrevistado 1)*

*“Olha... tem essa dificuldade de estar acessando a rede. Existe alguma comissão na Rede Criança Baixada e a gente tentou... está tentando se inserir nessas reuniões para poder ter acesso às instituições. Só que se têm alguns entraves: por exemplo, há uma demanda muito grande de atendimento e a gente, não consegue, muitas vezes, se deslocar daqui pra poder fazer essas articulações. E aí se fica meio que preso ao atendimento e a gente não consegue sair pra poder fazer as articulações com a própria rede.” (Entrevistado 2)*

*“(...) Temos algumas instituições que a gente encaminha entendeu? (...) Então, são para alguns projetos que esses adolescentes são encaminhados que, por exemplo, precisam de um tratamento né pra dependência química. (...)” (Entrevistado 3)*

O Entrevistado 6 considera a articulação regular e afirma que o fluxo se dá de forma informal. Há de convir que “A ação intersetorial se efetiva nas ações coletivas. Porém, a construção da intersetorialidade se dá como um processo, já que envolve a articulação de distintos setores sociais possibilitando a descoberta de caminhos para ação...”(Comerlatto et al.,2007, 268).

*“Hoje, assim, para não dizer ruim, (risos) porque seria muito pessimismo, da minha parte, até porque de repente, eu respondo mais quanto pessoa dentro da minha experiência do que quanto instituição. Eu considero esta articulação regular (...) Obvio que existem algumas, as conveniadas; algumas coisas... que recebem esses adolescentes.(...) E na verdade, o fluxo ele acaba se dando de forma informal mesmo.. Cada um se vira como pode.”(Entrevistado 6)*

Cabe destacar que o Entrevistado 5 apresentou em seu discurso um leque de ONG’S conveniadas para atender o público do PROJOVEM e que segundo ele acaba atendendo outros projetos também. A Política de Atendimento ao Adolescente inclui-se nesses outros projetos. A do Entrevistado 5 mais uma vez distancia-se da realidade que os demais entrevistados vivem.

*“A gente tem oito ONG’S conveniadas executando. Então, estas ONG’S acabam sendo parceiras também em outros projetos, nos debates, nas Conferências... Hoje a Casa do Menor - parceira importante nossa, SECOM lá da Vila de Cava, os Enraizados, o Sizane, a Associação do Km32, o Laboratório Cultural, o IADEF. (...) Agora, tem uma relação contratual com essas ONG’S que prestam serviço para Secretaria, hoje no PROJOVEM e para os Abrigos. Então, essa relação é uma relação contratual: com a Casa do Menor, com o SEACA e com o PROJOVEM e com outras instituições para executar o PROJOVEM.” (Entrevistado 5)*

Cabe a ressalva que os adolescentes precisam ter um leque de opções de instituições que possibilitem a oferta de diversas atividades para execução de Medidas Socioeducativas que lhe acrescentem novos valores de vida. A rede de atendimento para esses adolescentes precisa ser selecionada e preparada para

recebê-los. Não se pode encaminhar para instituições só por estarem conveniadas, mas somente para aquelas, que estejam aptas a recebê-los. Assim, o trabalho se amplia para a execução de processos de esclarecimento devido aos parceiros para a boa receptividade de tal segmento nos diversos serviços disponíveis.

### **Incorporação do adolescente em diferentes políticas públicas.**

*“Não há intersetorialidade.(...) Mas infelizmente, hoje, o que se entende é que parece que a Assistência vai dar conta de todas as questões dos adolescentes atendidos. Então, não existe, o que existe, é informal. Novamente a gente busca o suporte. E é coisa meio de apagar incêndio. Então, o menino precisa da questão saúde - então tenta-se articular com a Secretaria de Saúde. Já fomos buscar fazer uma coisa: até criar um fluxo nosso com a saúde. Mas não há retorno da Saúde. (...) E outras políticas a gente não tem! De fato não se tem nenhum tipo de suporte, nem de envolvimento. A história da discussão do Plano Municipal era exatamente esse envolvimento, não é? A partir do momento que você senta junto para discutir, você se corresponsabiliza pelas ações. Mas isso infelizmente parou.” (Entrevistado 1)*

*“A gente percebe assim muita dificuldade. Por exemplo, a política pública de saúde, dificilmente, consegue-se acessar a saúde quando o adolescente tem qualquer outra necessidade da própria rede de saúde...(...) A Educação tem uma boa articulação. Mas acessar o Conselho Tutelar e outras instituições, a gente percebe uma dificuldade”.(Entrevistado 2)*

*“Olha! entendo que é algo muito importante, porém não acontece de forma efetiva. Existem vários entraves e a gente não consegue vislumbrar isso.” (Entrevistada 2)*

A Entrevistada entende que os adolescentes não são inseridos em outras políticas por falta de estrutura física e material para execução do serviço, por questões de saúde pessoais e pouco tempo de atuação por exercer duas funções.

*“Zero. Eu acho que é assim. Não acho que é culpa do município. Eu acho que tem uma culpa aqui, que foi um trabalho que acabou nunca acontecendo e que eu venho tentando, mas que fico amarrada. Por que?: Não tenho carro, fico amarrada por que exerço duas funções aqui dentro, fico sem tempo e ainda tenho a todo o momento problema de saúde (...). Então, mas eu acho que eu tenho que me debruçar sobre essa articulação também entendeu. Eles não vão saber, não vão adivinhar que nós estamos precisando deles né.” (Entrevistado 4)*

A Entrevistado 3 pontua que a incorporação do adolescente em diferentes políticas públicas ocorre de maneira informal, por iniciativa da equipe técnica.

*“De maneira informal entendeu.! A gente aqui enquanto equipe é que começa a buscar; se há identificação com o adolescente essa necessidade é buscada através da gente mesmo. Liga-se pros serviços públicos e encaminha, é assim. Eu pelo menos vejo assim. Eu não sei como funciona a assistência social? Então, eu não posso te falar, mas o que eu vejo é isso entendeu? Vejo a gente mesmo, a equipe mesmo procurando... fazer esses encaminhamentos.” (Entrevistado 3)*

O entrevistado seis compreende que a intersectorialidade pode ser garantida a partir do funcionamento, em sua completude, dos Centros de Referência.

*“Entende-se como pleno funcionamento dos Centros de Referência. Isso aí é crucial e se isso não acontece como garantir intersectorialidade?” (Entrevistado 6)*

O Entrevistado 5 explicita que a incorporação dos adolescentes em políticas públicas ainda é um desafio. Ele confessa que não tem uma integração setorial para oferecer suporte a política de atendimento ao adolescente. E reforça que a referida integração possibilitaria o adolescente ter acesso a “cidadania plena.”.

*“É um desafio ainda. Te confesso, ainda, é um desafio. Esporadicamente a gente se reúne para discutir alguma atividade em comum. Não há, ainda, uma*

*forma de integração maior com a Educação, com a Saúde? Com a Secretária de Educação estava-se começando a ter uma relação, tinha... Acho que até diminuiu. Na verdade, tinha uma reunião quase quinzenal em relação ao Bairro Escola. E ao falar do Bairro Escola, falava-se de horário integral, de como integrar e aí pensando a Educação, envolvendo a Saúde, envolvendo a Assistência, envolvendo a Esporte e a Cultura. Mas te confesso que ao longo desse ano, se reuniu menos do que se reuniu no ano passado. Com umas e outras demandas, ”(Entrevistado 5)*

*“Acho que é extremamente necessária? Você não tem como garantir Assistência, sem garantir Educação? Se a Saúde não chegar, esse jovem não vai ter... Para ele ter acesso à cidadania plena é necessário que o governo se organize para de fato oferecer a plenitude de direitos que efetivamente hoje não tem condições.” (Entrevistado 5)*

O cumprimento das medidas socioeducativas, por parte do adolescente e por parte dos executores da política, não pode se caracterizar por mera obrigação sem ter uma perspectiva de inclusão social. A política deve estar estruturada física, com recursos humanos, e claramente estabelecida com seus objetivos, metas e ações traçadas e focadas em resultados que favoreçam reais mudanças na vida do adolescente. A Política não deve ser ofertada simplesmente.

### **6.3. Territorialização**

#### **Sub-Eixos – Tópicos de Análise**

#### **A política de atendimento no Território**

## Desafios

Nos discursos dos entrevistados foram detectados diferentes desafios. O Entrevistado 1 entende que o desafio se configura pela ausência de vontade política. Ou seja, o gestor é determinante para demonstrar a importância da política pública no território e investir na mesma.

*“O desafio, acho que é o município assumir esse trabalho. (...) É uma implicação política. O gestor chamar: vamos fazer! Então, vamos sentar à mesa e aí o gestor dá o peso político a isso, quer dizer, o peso político no sentido de fazer com que os outros se comprometam. (...) Então, o grande entrave é vontade política e dizer realmente, consideramos importante. Vamos colocar recursos, seja ele, humanos, financeiros; o quê quer que seja.” (Entrevistado 1)*

O Entrevistado 5 e o Entrevistado 7 entendem que o desafio é ter recursos financeiros. E a Presidente menciona a falta de recursos humanos.

O Entrevistado 5 defende a criação de um fundo federal que pudesse ser utilizado para contratar temporariamente servidores, como a Educação tem o FUNDEB- Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação. Ele pontua que há recursos para gastar com material de expediente, equipamentos de informática, mas não há recurso financeiro para investir em recursos humanos – sendo, dito por ele, o maior nó.

*“Eu acho que a gente tem um nó. Por exemplo, eu defendo que no SUAS hoje, se você tivesse, financiamento, também, para pagar o trabalhador a situação seria outra. A FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) tem isso. Portanto no FUNDEB a Educação permite que o servidor da educação seja valorizado por conta do recurso federal que vem. Na Assistência isso não acontece ainda. Está chegando recurso cada vez maior, uma série de possibilidades e tal... Então, hoje, tem recursos sobrando para comprar*

*computador, comprar papel... Mas para viabilizar a vinda do servidor, eu tenho dificuldade na cidade. Para o perfil da nossa, eu não posso gastar. Aí, tem uma dicotomia interessante, que é assim: a nossa Secretaria não pode fazer contrato temporário? Umas podem e outras não podem. Se eu pudesse contratar seria mais econômico com a Secretaria. Aí a Prefeitura iria contratar com o dinheiro federal. Então, acho que isso é um nó. Ou seja, possibilitar que o recurso que venha, possa também, de fato... O servidor ser remunerado, melhor remunerado, de fato, que se possa ter na rede bons profissionais. (...) Acho que hoje esse é o maior nó. Maior desafio é resolver este nó de recurso humano.”(Entrevistado 5)*

*“(...) Acho que o maior desafio, realmente, é o técnico. É se levar a coisa, realmente a sério, a necessidade de um quadro fixo, de concurso público, tá então, essa questão técnica é à base de tudo, que é a questão funcional, administrativa. Se isso não existe fica complicado da gente garantir.”(Entrevistado 6)*

O Entrevistado 7 pontua, de forma geral, que falta implicar dinheiro para que o serviço seja ofertado com qualidade.

*“O desafio é o seguinte: é que você tem que ter um bom serviço. Esse bom serviço implica em ter dinheiro, ir à casa do adolescente, porque ele não compareceu, porque se ele não compareceu por falta de dinheiro. Esse é um desafio.”(Entrevistado 7)*

As entrevistadas 2 e 3 destacam um desafio em comum que é a acessar a rede e solidificar uma relação intersetorial. E ainda, a Entrevistada 3 disse que outro desafio é ser inserida em capacitação para ter acesso ao conhecimento sobre o programa onde trabalha.

*“É... acontecer de fato a intersetorialidade. São os atores que envolvem todas as instituições e essa rede estar realmente integrada. (...) . A gente percebe ações isoladas.”(Entrevistado 2)*

*“(...) E às vezes a gente não tem como está encaminhando esse menino pra lugar nenhum entendeu, esse é um desafio. (...) O desafio é esse, ter conhecimento do que está fazendo assim, nesse sentido, de ter conhecimento do programa atua: ... não foi feito nada, capacitação nenhuma, não tem nada, eu pelo menos nunca participei de nada, mesmo por que o pedagogo ele sempre fica de fora. Tudo é voltado para os assistentes sociais, então assim é como eu falei é ser um peixinho fora d’água.” (Entrevistado 3)*

Já o Entrevistado 4 tem a compreensão que a política está implantada, falta apenas aprimorá-la.

*“(...) Acho que a política já existe, quer dizer, ela já funciona. O CREAS já tá funcionando, é com as faltas que ele funciona, tá num momento que tá funcionando bem. A gente dá conta do recado sobrecarregando muitos da equipe, mas as pessoas dão conta, se empenham ao máximo. Então, eu acho que é uma política que está estabelecida, ela precisa agora é de aprimorar.” (Entrevistado 4)*

### **Organização e estruturação da política**

O Entrevistado 1 elencou algumas questões em sua fala sobre a implantação e implementação da política que tem uma certa complementariedade no sucesso da execução da política. Por exemplo, o Entrevistado 1 pontua a falta de qualificação para os recursos humanos, ausência de um movimento institucional para organizar o serviço, falta de recursos humanos e financeiros. Aqui a profissional faz um apanhado estrutural necessário para que a política funcione de plenamente.

*“Uma coisa que eu acho que falta no CREAS como um todo, mas em Medida em específico, é a questão da qualificação de recursos humanos por que a verdade é que a gente fica, tão envolto, numa rotina de atendimento, tão absorto com isso, que você acaba não se qualificando.” (Entrevistado 1)*

*“Acho que falta uma **organização de serviço** no sentido de tornar esse, o atendimento, o projeto, um projeto mais concreto, mais dinâmico e que envolva de fato quem é alvo dele, o adolescente e a família, isso eu acho que é um **movimento interno, institucional.**” (Entrevistado 1)*

*“É **falta recurso, falta recurso concreto**, falta o carro, falta o recurso, por exemplo, o menino que está em comprimento de medida, a gente até hoje não custeia o deslocamento desse menino. Então, falta implicação de recurso falta uma organização maior do serviço.” (Entrevistado 1)*

*“Tem várias questões. A gente trabalha, tem um corpo de técnicos que é efetivo na sua maioria. Então você trabalha com uma restrição que é a questão dos plantões e com **uma deficiência de profissionais**, que eu acho que podia ter mais. A gente precisaria de mais, mais uma Assistente Social, mais um ou dois Psicólogos, então **falta recursos humanos, falta recurso financeiro.**” (Entrevistado 1)*

E ainda na mesma direção do discurso do Entrevistado 1 e o Entrevistado 4 em sua fala, salienta e reforça que para implantação e implementação é preciso estruturar o serviço. Entende que para o atendimento deste adolescente requer neuropsiquiatra, tecnologicamente equipado para detectar há algum comprometimento.

*“(...) de ter liberdade de carro, de ter passagem dos meninos, de ter um lanche pros meninos, recursos, lugares que façam uma escola, ou uma ONG que alfabetize meninos mais velhos, que tenham dificuldades. Que se tenha pra detectar se eles têm algum comprometimento. (...)” (Entrevistado 4)*

O Entrevistado 3 aponta a “vontade política” como algo essencial para implantação e implementação da política. É preciso ter seriedade na condução da política. E o Entrevistado 2 em seu discurso sinaliza que requer a integração dos gestores e que os mesmos se interessem e tomem conhecimento das demandas municipais.

*“Vontade política, uma das coisas assim, eu acho que a vontade política. Ela infelizmente... A gente respira política, tudo que a gente faz é política? Então, se houvesse mesmo desejo por parte dos governantes de fazer alguma coisa séria, entendeu?” (Entrevistado 3)*

*“Os gestores estão integrados, saberem realmente o que está acontecendo, saber qual a real demanda do município. Entender como isso está se dando e fazer realmente a ponte com todas as outras instituições. Realmente investir nesse setor.”(Entrevisto 2)*

### **Ações socioeducativas desenvolvidas**

Os Entrevistado 1, Entrevistado 2, Entrevistado 3 e Entrevistado 4 expuseram em seus discursos que as ações socioeducativas com os adolescentes são realizadas, principalmente, em grupo.

*“A gente tem ações socioeducativas em dois níveis: individual e grupal. Aqui dentro do CREAS se faz atendimento individual do adolescente; se faz o grupo, que é o momento que eles podem trocar. Infelizmente, ainda não conseguimos implementar o grupo com a família.” (Entrevistado 1)*

*“Aqui no CREAS a gente tem um grupo reflexivo que é um grupo onde os meninos colocam todas as questões deles. É um grupo também que a gente tem um roteiro com algumas atividades. É dinâmico e tem temas já propostos e também parceiros que a gente consegue acessar como Projovem, Grupo Enraizados e alguns que se consegue encaminhar esses meninos.” (Entrevistado 2)*

*“Além dos atendimentos, nós fazemos grupos reflexivos. Então, a gente tenta abordar alguns temas de interesse.” (Entrevistado 3)*

As ações socioeducativas, desenvolvidas em grupo, são compreendidas pelas entrevistadas ora como espaço que contribui na reflexão no coletivo às questões individuais sem ferir a particularidade dos adolescentes; ora possibilitam repensar a prática do ato cometido como um processo socioeducativo ora buscam a compreensão interna do ato cometido.

*“(...) tem o grupo de quinze em quinze dias com os jovens, é, pra trabalhar essa coisa do coletivo, esse interno no coletivo, uma forma deles voltarem pro coletivo, terem esse lado. O momento de terem com eles mesmos, tratando as questões individuais e depois um momento que eles vão tratar dessas individualidades, mas de uma maneira coletiva, sem entrar nas particularidades de cada um. (...)” (Entrevistado 4)*

*“O repensar, o fato que gerou aquela Medida. A própria orientação sob o que é a medida socioeducativo para que ele possa, também, ser gestor deste processo. Ele junto com o técnico ou equipe técnica que está acompanhando-o. Então, o processo socioeducativo é um processo, desse repensar, desse olhar para o que aconteceu.” (Entrevistado 1)*

E ainda o Entrevistado 4 entende que as ações socioeducativas são um espaço que se caracteriza em dar vez e voz aos adolescentes. Sendo que a Entrevistada 2 concebe as ações como uma política de integração para eles.

*“Olha... Eu acho que eu tenho um entendimento único, que é essa possibilidade deles serem enxergados por alguém, deles serem escutados. Por que é isso que eles fazem, é assim um diferencial do trabalho que a gente faz com outros, é que aqui ele tem voz. Eles falam. Já cansei de escutar menino dizendo: aqui eles falam e são escutados, e escutam também.” (Entrevistado 4)*

*“Olha, é... embasando-me pelo SINASE é uma política que visa à integração desse adolescente, na verdade um resgate? Então entendo que são necessárias as medidas socioeducativas.” (Entrevistado).*

Já o Entrevistado 4 entende as ações socioeducativas como uma forma de trazer mudanças na vida dos adolescentes.

*“Eu entendo como uma forma de você estar mudando, tentando mudar a vida desses adolescentes que na maioria das vezes vêm de lares de famílias desestruturadas né?” (Entrevistado 4)*

### **Resgate dos laços familiares**

O Entrevistado 1 pontua que o tempo que o adolescente fica inserido na política é pouco para realizar o resgate dos laços familiares.

*“Assim resgate, não sei se a gente dá conta de resgatar. Acho que também às vezes você dá um peso muito grande pra essa possibilidade de trabalho em Medida, por que o tempo que se fica com o menino considerando quando a gente entrou nessa história de resgatar, eu acho que é um pouco de... É dar muito peso pra essa possibilidade.” (Entrevistado 1)*

Em outro momento do discurso afirma-se que não há trabalho em grupo com os familiares dos governos, mas investe-se num acompanhamento a partir do atendimento individual com os responsáveis e que, às vezes, é extensivo ao adolescente também. Portanto há ausência de grupo com os familiares, conforme se lê nos depoimentos feitos.

Percebe-se que o diálogo, nos atendimentos individuais, tem sido uma ferramenta utilizada. Segundo Entrevistada 1 provoca um outro olhar sobre a relação familiar.

*“(...) os pais vêm para o atendimento individual, essa é a única, hoje a única forma de atendimento é o atendimento individual. Mas o que a gente consegue fazer durante esse acompanhamento é no trabalho, na conversa e na troca com a*

família; às vezes com a família. Às com a família só, e às vezes só com o adolescente e às vezes os dois. Às vezes eles conseguem olhar pra... Enxergar essa relação de uma maneira que não tinha conseguido antes, por que falando, à medida que eles vão falando sobre a sua história, às vezes, é uma coisa que é interessante.” (Entrevistado 1)

*“Não, eu não vejo. Não vi não. Isso que eu tava te falando, eu gostaria de tá desenvolvendo esse trabalho com a família? O trabalho como a gente tem o grupo reflexivo para os adolescentes, ter um grupo reflexivo também para a família, eu acho que seria importante.”* (Entrevistado 3)

*“A gente tenta ter este vínculo mais estreito com a escola e com os familiares. E trabalha atendimento diário ou semanal com as famílias.”* (Entrevistado 2)

No que tange a dificuldade, exposta pela equipe, de trabalhar grupos reflexivos, segundo o Entrevistado 1 é porque a política pública não se adéqua a realidade do usuário e não tem **“a cara do povo”**.

*“Eu vou fazer articulação do trabalho comunitário, vou lá pro local de residência desse adolescente, vou trabalhar com essa comunidade quando? Pela manhã na segunda-feira? Eu acho que esse é um entrave do trabalho da política pública, seja ela qual for, é essa coisa de tá de acordo... Exatamente, que a política tenha a cara do povo e não o contrário.”* (Entrevistado 1)

*“Então eu acho que a política pública, outra questão que eu penso, é que a política pública deve estar voltada pra realidade do usuário e não a sua formatação, Funciona de nove às cinco da tarde.”* (Entrevistado 1)

A constituição familiar do adolescente, na fala do Entrevistado 2, aparece como um desafio ao resgate dos laços familiares. A Psicóloga pontua que há ausência dos pais no acompanhamento dos adolescentes e tem sido feito um esforço para que estes participem.

*“A gente busca trabalhar com esta família, também é uma grande dificuldade. Muitas vezes, esse adolescente só tem pai ou só tem mãe ou não tem nenhum dos dois. Existe uma avó, um tio ou às vezes, um vizinho que é responsável por este adolescente. E aí assim, tenta-se resgatar esse vínculo, sabendo onde estão estes parentes, quais as possibilidades?” (Entrevistado 2)*

*“Familiares, é a gente, quando a mãe não é presente ou o pai, quem não é presente a gente tenta puxar pra dentro, alguns, nem a gente puxando vêm. Principalmente, os pais que já são separados, que já são afastados, esses permanecem, muito dificilmente eles chegam aqui pra gente, às vezes, chega o padrasto, mas o pai não chega.” (Entrevistado 4)*

O Entrevistado 6 em seu discurso pontua o atendimento da família ocorre de forma integral, ou seja, para além do adolescente inserido no Serviço,

*“Na verdade, tenta-se aqui, pensar essa família de forma integral. E aí nessa família tenta viabilizar, a participação do pai, o filho em outros programas.” (Entrevistado 6)*

### **Resgate dos laços educacionais, culturais e comunitários**

A única profissional que se pronunciou sobre o resgate dos laços comunitários foi a Entrevistado 4 e sinalizando que não há trabalho.

*“Ainda não fizemos. Nada nessa direção.” (Entrevistado 4)*

O estudo não pode ser focado apenas para o trabalho. O estudar traz novas perspectivas de vida, de sonhos, de realizações subjetivas, de enxergar o mundo para além de como é apresentado e contribui para entender a real cidadania. A questão educacional deve ser entendida para além dos muros da escola.

Nos discursos dos entrevistados o resgate dos laços educacionais é um trabalho única e exclusivamente da Pedagoga. Não foi explicitado, em nenhum

momento que a equipe tem uma diretriz única par realizar um trabalho de resgate dos laços educacionais.

*“A Pedagoga é responsável. A gente também fala, quer dizer, a parte educacional é uma parte complicadíssima, quer dizer, nosso trabalho é fazer com que eles voltem para escola.” (Entrevistado 4).*

*“É... em relação à escola tenta-se buscar... estar mais junto desta instituição, até mesmo com o Educador. Hoje em dia conta-se com a Pedagoga, mas a gente passou muito tempo sem este profissional. Então este contato era feito pelo Serviço Social até mesmo pela Psicologia para saber... até porque os educadores, muitas vezes, como nós, não foram capacitados para lidar com o adolescente em cumprimento de medida socioeducativa.” (Entrevistado 2).*

*“Olha, eu posso falar do educacional por que dos restantes eu não posso falar? É o que eu estava te falando, o educacional, eu procuro assim conversar, se tem um adolescente que se vê que constata que tem mais dificuldade. Eu converso com ele, vou à escola. E tento conversar com a direção da escola, saber como é que se pode tá ajudando esse adolescente, como é que se pode tá colocando ele em projetos que acelerem o estudo dele para que ele possa ir trabalhar logo entendeu!” (Entrevistado 3)*

Os profissionais deveriam desenhar uma proposta de atividade que corroborasse para valorização do retorno ao ensino regular (à escola), elencando para os adolescentes as novas possibilidades que se abrem ao estudar. E que esta proposta pudesse ser de perspectiva interdisciplinar para que a equipe técnica tenha esta ação como essencial na intervenção de cada profissional.

Algumas entrevistas expuseram que a inserção do adolescente em atividades culturais é importante para sua formação.

*“(...) o menino dificilmente acessa é... a tecnologia que ele tem direito, dificilmente consegue-se instituições que ele possa fazer esporte, ter acesso à*

*cultura, a lazer. Então, a gente tem uma deficiência muito grande nesse sentido.”*  
(Entrevistado 2).

*(...) é outra coisa que eu preciso: de liberdade; que eu quero muito fazer que é ter. E aí eu preciso de um carro para começar a fazer passeios, museus, ir ao municipal, levar pra assistir um concerto, assistir um balé, cinema, jardim zoológico, bibliotecas, coisas, para que eles possam conhecer outro mundo, além daquele pedaço que eles conhecem ter uma amplitude e com isso poder fazer uma escolha mais consciente.”* (Entrevistado 4)

Aos entrevistados 2 e 4 pontuam a importância para formação dos adolescentes e a participação deles em atividades culturais. Mas, ao mesmo tempo, sabe-se que isto se torna impossível de realizar porque não há uma infraestrutura que proporcione o acesso a tais atividades.